



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER

Projeto de Lei nº 118-2015

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação de Desbravadores da Lapa-ADL, para repasse de valores para aquisição de equipamentos e materiais permanentes e dá outras providências.

Vem para análise dessa Comissão o Projeto de lei nº 118-2015 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto firmar convênio com a Associação de Desbravadores da Lapa-ADL, para repasse de valores para aquisição de equipamentos e materiais permanentes e dá outras providências.

Pela justificativa em seu artigo 1º que o Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênio para o repasse da importância de R\$ 14.695,00 (quatorze mil seiscentos e noventa e cinco reais), em parcela única. Ainda dispõe sobre a aplicação dos recursos pela entidade beneficiada, através de plano de trabalho e que a mesma deverá prestar contas, sob pena de suspensão ou devolução dos recursos não aplicados na destinação ao Município e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob responsabilização e por finalidade desenvolver ações voltadas em benefícios das crianças e adolescentes assistidos pela instituição beneficiada.

Dando Suporte ao Projeto a Lei Organica trata:

Art. 6º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 8º - Compete ao Município, obedecidas as normas federais e estaduais pertinentes:

IV - dispor, mediante suplementação da legislação federal e estadual, especialmente sobre:

c) a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 136 - O Município, em ação integrada e conjunta com a União, o Estado e a sociedade tem o dever de assegurar



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO


à todos os direitos relativos à saúde, alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura, de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso, bem como da conservação do meio ambiente.

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, não havendo nenhum óbice ao prosseguimento do presente, razão pela qual esta Comissão é favorável ao mesmo.

É o parecer.



João Carlos Leonardi Filho
(Dango Leonardi)
Relator

Realizado em 15/12/13


Wilmar José Horning
Membro



Fenelon Bueno Moreira
Presidente